

Índice

Prefácio — Literatura e Santidade	7
Santo António	13
Índice Remissivo	187

O homem de Deus encontra no seu caminho uma fera que o mata, mas que não toca no seu cadáver. E um profeta vai à sua procura e leva-o para lhe dar sepultura, dizendo: «Ai, meu irmão!» Assim o tempo trata as pessoas dignas de imortalidade; ele fica como o leão junto do homem de Deus, sem lhe tocar, e não toca também em nada que lhe pertence. Um dia, alguém chega e o descobre, e leva-o a enterrar, como a um parente do seu sangue, como a alguém que conheceu em vida. A História está feita. Ela afugenta o tempo que guardava a sua vítima no lugar onde ela tinha sido morta. O homem de Deus está intacto, o leonino tempo o guarda para a posteridade. Tirou-lhe a vida, mas não destróçou nem o seu manto, nem nada que lhe pertencia.

Assim tem que ser feita a legenda, como se um corpo morto junto do leão vivo fosse trazido à cidade, onde a multidão o recebe e, no seu coração, lhe dá enfim sepultura.

Entende-se hoje que a História se engrandece muitas vezes com o desmentido dos grandes factos cuja luz encandeadora adultera a confissão do próprio homem. Esta é uma época em que toda a matéria que nos revela o passado está sujeita a revisão; não só porque as multidões têm necessidade de ser informadas numa consciência menos partidária, mas também porque surgiram outros factores, éticos e científicos, que abrem mais amplo horizonte à inteligência dos estudiosos. Importa menos propor um herói para exemplo imperativo duma sociedade do que definir a qualidade humana que nos é comum, desprendida, tanto quanto possível, das influências dum sistema típico que a pode utilizar ou deformar.

A legenda anónima que é conhecida pelo nome de *Assidua*, pois começa pelas palavras «*Assidua fratrum postulatione deductus*», é considerada a primeira história escrita da vida de Santo António. Frei Fortunato de São Boaventura, monge cisterciense, descobriu em 1826 um apógrafo da *Assidua*, no Códice 286 da Livraria Manuscrita do Mosteiro de Alcobaça. Teve o mérito de ser o primeiro que a traduziu e publicou na íntegra em 1830, na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, «em cumprimento de uma promessa». A promessa, pelo que se deduz da dedicatória a Santo António, é de teor político. Deixemos em silêncio as afoutas razões de Frei São Boaventura, fruto das «tormentas revolucionárias» que o levaram ao feliz refúgio do mosteiro durante um ano. Esconderijo nobre, o da biblioteca da respeitável casa onde, para aplacar perseguições, deu em perseguir o calado coração dos livros! Com judicioso critério e

vigorosa opinião se ocupou do assunto. As notas que Frei São Boaventura junta à tradução da legenda antoniana, conhecida também por *Legenda Prima*, não são precipitadas nem vulgares. Uma das suas considerações é esta: «... tenho sabido por larga experiência, que um dos principais subsídios para se escrever a História de qualquer nação, é compulsar as histórias de todas as Nações, que de algum modo tivessem relações com ela [...]. Outro tanto se pode afirmar da História das Pessoas, que se fizeram um nome célebre fora da sua pátria, que sem consultarmos os Historiadores da nação, ou terras, em que elas figuraram, mal poderá sair completa e bem autorizada». Esta ciência da unidade através da observação comparativa foi, nos nossos dias, demonstrada por Toynbee, que lança sobre a História um olhar panorâmico e, mais ainda, possuído de atenção criadora. É de Toynbee a afirmação de que todas as histórias se parecem à *Ilíada*, na medida em que não podem prescindir por completo do elemento ficção. E recorda a opinião popular de que nenhum historiador pode ser grande se não é um grande artista. A simples escolha dos factos e a sua acentuação registam o elemento chamado fictício e que faz do pensamento humano um compulsador de fantasias favoritas, de obscuridades pessoais, de inspirações oníricas. E é certo ser preciso situarmo-nos como criadores, para poder exprimir o movimento dum acontecimento como realidade.

Santo António de Lisboa, cuja história, durante séculos, resistiu a ser soterrada pelo panegírico e acabou por ser encarada como exercício de eruditos, aparece-nos, a nós, os leigos, ora fleumático, ora diáfano. A sensibilidade popular converteu-o num santo fácil e caseiro; nisto veio a dar aquele que, por índole e por carreira, se entregou ao convívio das causas humanas. Santo António foi sobretudo um asceta, o que não quer dizer uma natureza solitária. O asceta, a par da saudade de morrer, anda constante com a paixão da vida. Amou o mundo por algo que era nostalgia da felicidade. E os homens corresponderam-lhe com gratidão, que é amor por quem se afeiçoa às experiências deles, ainda que sem ilusão e familiaridade. Possui o Santo as sete energias instauradas pela inteligência: possui o intelecto individual que participa da eternidade da inteligência e está muito acima do pensamento; possui a verdade; possui a alegria, pois a alegria brota da plenitude do conhecimento; possui a prova

apodíctica; e também a vida, porque a vida é inseparável da inteligência, e são como mortos os que a ignoram. Possui a perfeição. E o êxtase perante o mundo supersensível.

A *Vita Prima*, ou *Assidua*, é um documento escrito mais com o intuito de formar a imagem do Santo do que de aprofundar-lhe a vida. É traçado na obediência a um espírito de edificação, e destinou-se a servir de hagiograma aos pregadores antonianos. Frei São Boaventura de Alcobça, cujas notas, reputadas como superadas pelos investigadores modernos, são, no entanto, de alto merecimento, situa a *Assidua* entre 1250 e 1260. Certo é que, no que se refere à liturgia medieval antoniana, foi prescrito pela Ordem dos Frades Menores no Capítulo Geral de Metz, em 1254, que fosse lida a legenda do Santo e cantada a sua história nos ofícios religiosos («*In Sancto Antonio legatur de legenda sua et cantetur historia*»). Haveria, pois, uma legenda que continha a biografia oficial de Santo António e que provavelmente fora mandada escrever numa data não muito anterior à assembleia capitular de Metz. A exemplo do que aconteceu com a história de São Francisco, cujas legendas anteriores ao Capítulo Geral de Pisa de 20 de Maio de 1263 foram mandadas destruir, passando a vigorar o texto escrito por São Boaventura, o Doutor Seráfico, é muito possível que a legenda antoniana fosse tratada com igual vigilância. Com o decurso do tempo, também ela devia estar eivada de adições extravagantes, relatos imaginosos ou decalcados nas vidas de outros santos. Daí a necessidade de proceder a uma depuração nos manuscritos menos fidedignos ou convenientes. A *Assidua* pode ter resultado, portanto, duma ordenação dos textos já conhecidos, mas escrita sob comando capitular. É hoje convicção dominante que ela foi redigida pouco tempo depois da canonização do Santo em 1232. Mas há em determinado passo do processo da canonização uma censura manifesta aos prelados, precisamente a «alguns Cardeais que se distinguiam entre os outros príncipes da Igreja pelos costumes e doutrina», que afirmavam «não poder e não querer consentir na canonização», por pensarem que «não se devia proceder com tanta precipitação em assunto de tão grande importância». Removida a «imprevista dificuldade» pela intervenção d'«Aquele que mediante a voz do profeta atesta não ceder a própria glória a outrem», convieram unanimemente os car-

deais e prelados presentes na Cúria que «é uma espécie de inveja recusar aos Santos o louvor que lhes pertence». Ora, se a divergência de opiniões entre as forças vivas de Pádua e a Cúria fosse ainda tão recente, decerto, como manda a norma da discricção, isso não seria realçado, para não ferir susceptibilidades.

É mais lógico que a *Assidua* tenha substituído oficialmente a narrativa atribuída a Frei Juliano de Spira († c. 1250), já divulgada nos ofícios litúrgicos e conhecida hoje por *Vita Secunda*. É opinião comum que o minorita spirense incorporou em grande parte na *Vita Secunda* o ofício litúrgico por ele escrito anteriormente. A identidade narrativa entre as duas legendas induz os estudiosos a considerarem a *Secunda* tributária da *Assidua*, que praticamente se limita a compendiar e a reproduzir passo por passo. O único facto pela primeira vez referido em biografias de Santo António é a prédica no Capítulo de Arles de 1224, que a *Vita Secunda* regista e que não era novidade para ninguém, pois vinha relatado na *Vita Prima* de São Francisco, de Tomás de Celano, escrita entre 1228 e 1230. Sem dúvida, o autor da *Assidua* não achou oportuno referi-lo, na linha da advertência que logo faz no Prólogo de que «por amor da brevidade passei por alto muitas coisas», e, mais adiante, em relação ao período que vai desde o início da predicação do Santo (1223) até ir definitivamente para Pádua (1230), de que «seria demasiado longo narrar quantas províncias percorreu». Quem a escreveu?

No Prólogo da *Vita Prima* lê-se: «Finalmente, escreverei algumas coisas que não vi por meus olhos, mas essas mesmas conheci de D. Soeiro II, bispo ulissiponense, e de outros personagens católicos que as relatam». É esta uma frase muito discutida e na qual se pretende subentender outra, que não foi escrita, e que admitiria coisas vistas com os próprios olhos. Mas um texto não pode ser forçado para além da justa medida da sua letra. «Assim fizeram Marcos e Lucas ao escrever o Evangelho» — acrescenta o Prólogo, sem dúvida para deixar bem expresso que as fontes de conhecimento utilizadas foram apenas as escritas e as orais mais acreditadas. Entre elas, o testemunho de D. Soeiro II, bispo de Lisboa.

O historiador monacal Frei António Brandão fala de D. Soeiro como sendo «varão de vida e costumes louváveis». Herculano refe-

re o bispo como um «homem enérgico e, porventura, mais apto para envergar a dura couraça de soldado que para trajar as vestes do sacerdócio»; também lhe chama «hábil negociador». Soeiro advogou em Roma, onde se encontrava em 1217, a causa de D. Afonso II contra as irmãs, as infantas D. Teresa e D. Sancha, e fora o grande espírito motor da expedição de Alcácer. Ainda em vida de Afonso II (1222), D. Soeiro promulgara um estatuto segundo o qual devia ser entregue à Igreja o terço dos bens de todos os que falecessem, sob pena de denegação dos sacramentos. As questões suscitadas por tão exagerada medida agravaram o clima de discórdia que contrapunha as forças teocráticas às monárquicas. No advento de D. Sancho II (1223), que desde logo pôs termo ao litígio entre a Coroa e as infantas, D. Soeiro encontrava-se já desamparado do favor real e no centro de uma contenda que o obrigou a deixar a sua diocese, de onde definitivamente parece ter-se ausentado em 1226, data a partir da qual deixa de haver nos arquivos vestígios da sua existência em Portugal. De novo em Roma, entregou-se à alquimia das influências junto de Gregório IX. Pretendia não apenas desforço, mas também protecção, pelo que se depreende das providências tomadas pelo pontífice em 1231, «exigindo do príncipe português uma caução de que nenhum mal faria ao ausente prelado, no pressuposto da sua volta, nem a pessoa ou cousa que lhe pertencesse» (Herculano). Todavia, «ou fosse por intervenção dos minoritas, a quem Gregório e Sancho eram igualmente afectos, ou à custa de ouro ou, enfim, porque as brilhantes vantagens alcançadas pelo príncipe português contra os sarracenos fizessem viva impressão no ânimo de um pontífice tão desejoso de combater o islamismo como o foi o velho Ugolino, é certo que pouco tempo depois de expedidas as bulas que deviam assegurar a vitória de Soeiro se passavam outras a favor do rei, as quais indirectamente as anulavam». Assim Herculano, com a sua sobriedade de grande historiador, explica a intriga que possivelmente determinou o desgosto do velho bispo, acabando-lhe com a vida ou decidindo a sua vocação monástica. As contas estavam feitas. Se alguma vez o autor da *Assidua* se encontrou com o bispo de Lisboa, não foi decerto para registar memórias franciscanas. Ele andava sempre ausente da sua diocese, aliado aos tumultos dos barões de Além-Douro, influenciando no ânimo dos guerreiros de Alcácer,